

**Público**

06-01-2023

Periodicidade: **Diário**

Classe: **Informação Geral**

Âmbito: **Nacional**

Página(s): **1,2,3,4,5**

# Secretária de Estado demite-se após empurrão de Marcelo

Marcelo disse que secretária de Estado da Agricultura era “peso político negativo”. E Carla Alves caiu 25 horas depois de ser nomeada. Moção de

censura ao Governo foi chumbada e Costa comprometeu-se com melhorias no sistema de verificação prévia dos governantes **Destaque, 2 a 5**

Público

06-01-2023

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Pagina(s): 1,2,3,4,5

# Marcelo abriu porta a demissão de secretária de Estado que Costa defendeu. E ela saiu

Primeiro-ministro propõe estabelecer um “circuito” entre a proposta e a nomeação de membros do Governo, mas o Presidente rejeitou ficar com essa responsabilidade

Sofia Rodrigues e Maria Lopes

No dia em que o Governo enfrentava uma moção de censura no Parlamento, o primeiro-ministro saiu em defesa da sua novíssima secretária de Estado da Agricultura, cujo marido está envolvido num processo-crime. Só que mal acabou o debate, o Presidente da República apontou-lhe a porta de saída ao dizer que o caso significa uma “limitação política”. Carla Alves demitiu-se, arriscando-se a ser a governante com o mandato mais curto de sempre: 26 horas após ter tomado posse. É a 12.ª demissão e representará a quinta remodelação em nove meses de executivo. Já depois da demissão, António Costa escreveu no Twitter que o Governo “mantém-se firme na execução das suas políticas, cumprindo e honrando os compromissos com os portugueses”, assegurando que continuará “focado na resposta” à crise da inflação, mas sem outros comentários.

Confrontado com o caso de Carla Alves, noticiado ontem no *Correio da Manhã*, António Costa revelou ter falado com Carla Alves para tentar esclarecer se os rendimentos não declarados constam de contas conjuntas com o marido. “A senhora diz que na conta dela não há nenhum rendimento não declarado, tudo o que ganhou declarou, é o que a

senhora me diz”, disse, repetindo que se houvesse rendimentos não declarados a solução era a demissão. “Se, em abstracto, um membro do Governo tiver rendimentos não declarados claro que não se pode manter como membro do Governo. Só posso fazer fé no que a secretária de Estado me disse”, respondeu a André Ventura, líder do Chega, depois de ter dado o mesmo esclarecimento à coordenadora do Bloco Catarina Martins.

Já o debate ia a meio quando o primeiro-ministro tentou acalmar os ânimos em torno das polémicas que visaram diversos governantes, sobretudo a da indemnização de Alexandra Reis, anunciando que ia propor a Marcelo o estabelecimento de um “circuito” entre a sua proposta e a nomeação pelo Presidente dos membros do Governo para garantir “maior transparência e confiança de todos no momento da nomeação”.

## Marcelo recusa mais poderes

Só que o primeiro-ministro acabou por receber duas negas de Marcelo. Sobre a secretária de Estado, o Presidente apontou-lhe uma “limitação política” por ter uma “ligação familiar próxima” com alguém que é acusado num processo de natureza criminal. No plano político, Carla Alves devia fazer um “auto-escrutínio” para concluir que tinha condições para assumir o cargo, sustentou Marcelo.

Já acerca de uma nova forma de

escrutínio prévio de nomeados para cargos governativos, o chefe de Estado rejeitou ganhar essa responsabilidade, vincando que a investigação de eventuais problemas “deve ser antes de o Governo apresentar a proposta” ao Presidente “e não depois”. “É preferível prevenir e não haver propostas [do primeiro-ministro]”, reforçou aos jornalistas à margem de uma iniciativa no Teatro São Luiz, frisando que “o Presidente não se pode substituir ao primeiro-ministro”.

A proposta, ainda que não detalhada pelo primeiro-ministro, também não retine consenso no Parlamento. Luís Montenegro, líder do PSD, classificou-a de “absurda” e o líder da IL, João Gotrim Figueiredo, recusa colocar “nas costas do Presidente uma co-responsabilidade” na verificação dos currículos. Já o Chega considera a ideia “muito interessante” e argumentou que o modelo de audição prévia existe noutros países europeus. Durante o debate, Rui Tavares, do Livre, reiterou a sua proposta de realizar audições prévias no Parlamento aos membros dos governos antes da sua posse, mas Costa não assumiu posição.

Já antes, a deputada única do PAN, Inês Sousa Real, saudou os esclarecimentos do primeiro-ministro mas criticou a “normalização destes casos e a ausência de respostas”.

A demissão de Carla Alves foi o culminar de uma tarde de ataque ao





Governo sobre as sucessivas polémicas que o ensombriam há quase um ano e que já tinham provocado 11 demissões. Durante o debate da moção de censura marcado pela IL na sequência da crise no Governo, o primeiro-ministro tentou esvaziar o assunto, preferindo apostar nos "resultados" da governação e desvalorizando a "composição" do executivo. Enquanto Costa e o PS insistiam na performance económica do país, toda a oposição criticava a instabilidade do Governo.

"Precisamos de um Governo novo e precisamos já", desafiou o líder demissionário da IL, João Cotrim Figueiredo, apontando as polémicas com Alexandra Reis, com a derrapagem das obras do hospital militar de Belém, a localização do novo aeroporto determinada por Pedro Nuno Santos e depois revogada por Costa, os secretários de Estado da Economia que divergiram do ministro sobre impostos, a nomeação de Miguel Alves. "E hoje vamos ver se a nova secretária de Estado da Agricultura não se vai tornar noutra caso", antecipava já o líder liberal.

Rodrigo Sariva, líder da bancada parlamentar, começou por recordar a "pose arrogante e majestática" do primeiro-ministro numa entrevista quando declarou "habituei-me". "A IL vem hoje dizer-lhe: Não, não nos habituamos. E é isso que esta moção representa."

**António Costa defendeu solidez do Governo ante moção de censura da IL, mas terminou o dia com nova baixa no executivo**

**“[Carla Alves] À partida tem uma limitação política, é um ónus político**

**Marcelo Rebelo de Sousa**  
Presidente da República



O liberal diz que a bancada "não se habitua" à carga fiscal "insuportável" em que o Estado confisca os rendimentos e tem "mais de 40% da população" a viver no nível de pobreza. "Não nos resignamos a este Portugal tão poucochinho", salienta.

Costa também contra-atacou a oposição, sobretudo a direita, por nem sequer se entender na votação da moção de censura. Enquanto o Chega se juntou à IL, o PSD absteve-se ao lado do BE e PAN, o que valeu aos social-democratas duras críticas no seu espaço político. Só PS, PCP e Livre votaram contra a censura.

Os social-democratas alinharam pelas críticas ao executivo, com especial incidência no ministro das Finanças, que é o outro governante visado no caso de Alexandra Reis, depois da saída de Pedro Nuno Santos. Usando a TAP como exemplo, o líder parlamentar do PSD perguntou a Costa "que autoridade política tem o seu ministro das Finanças para garantir o controlo e boa gestão dos dinheiros públicos", acrescentando que Fernando Medina é "demasiado irresponsável, leviano e incompetente para se manter em funções".

**Medina é um "náufrago"**

Outro deputado da bancada, Paulo Rios de Oliveira, reforçou: Medina "já não é ministro, é um náufrago". Os social-democratas argumentaram a sua posição de abstenção com o papel de responsabilidade e a intenção de "construir e ser uma alternativa".

Os socialistas contrapuseram apontando algum desnoite nos partidos à direita. "As oposições não sabem o que querem", notou Francisco César. "Alguém acredita que a direita é hoje uma alternativa? Que saberia gerir melhor uma crise? Alguém acredita que a opção da direita seria a solidariedade e a devolução de rendimentos? Esta moção de censura, como hoje se prova neste debate, foi apenas e só um acto irresponsável e um acto inconsequente", atirou o secretário-geral adjunto do PS, João Torres.

A direita também foi o alvo do PCP. A líder parlamentar Paula Santos defendeu que "o que deve ser censurado é a política de direita, protagonizada por PS, PSD, Chega, IL e CDS" e que os comunistas se opõem "às opções políticas do Governo PS, tal como às opções da Iniciativa Liberal", justificando o voto contra a moção.

O ministro das Finanças, que comparece hoje no Parlamento para dar explicações sobre o caso TAP forçado pelo PSD, foi defendido pelo primeiro-ministro com base nos resultados ao nível das contas públicas. Mas, tal como já tinha acontecido quarta-feira, o Governo também quis deixar a mensagem de que assume falhas. "O Governo da República não fecha os olhos aos problemas nem se escusa a assumir os seus erros, e principalmente, a corrigi-los", assumiu a ministra da Presidência Mariana Vieira da Silva, com Lilliana Borges

## Informação consta da acusação ao marido Carla Alves recebeu num ano numa conta mais 43 mil euros do que declarou

**Mariana Oliveira**

**A** ex-secretária de Estado da Agricultura Carla Alves recebeu em 2015 numa das duas contas que possuiu mais de 113 mil euros, o que significa mais de 43 mil face aos 70 mil que declarou ao fisco nesse ano. A informação consta na acusação que o Ministério Público (MP) deduziu em Fevereiro do ano passado contra o seu marido, o socialista Américo Pereira, que foi presidente da câmara de Vinhais entre 2005 e 2017.

Carla Alves não é visada na acusação, mas as suas contas foram investigadas para que o MP pudesse calcular o património incongruente com os rendimentos lícitos do marido. Isto porque a lei permite que sejam confiscados não só os ganhos directos dos crimes, mas também o património que não é compatível com os rendimentos declarados pelos criminosos.

Neste cálculo, o MP e a PJ avaliam não só os bens que estão em nome do arguido, neste caso Américo Pereira, mas também os que estão à sua disposição. É aqui que entram as contas bancárias da mulher, independentemente de serem ou não conjuntas, uma prática habitual neste tipo de situações.

A acusação não especifica se as duas contas de Carla Alves são ou não tituladas em conjunto com o marido. No entanto, precisa que só em 2015 Carla Alves recebeu nessa conta da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo (CCAM) mais de 113.600 euros, tendo em outras cinco contas do marido entrado 225 mil euros.

Nesse ano Américo Pinheiro declarou apenas 36.750 euros, ou seja, os dois juntos disseram ao fisco terem recebido um total de 135.600 euros. "Assim, entre 1 de Janeiro de 2015 e 31 de Dezembro de 2015, o arguido Américo Jaime Afonso Pereira teve um aumento patrimonial não justificado no valor de 203.098,74 euros", lê-se na acusação do Departamento de Investigação e Acção Penal Regional do Porto.

Entre Julho de 2013 e final de 2020, o marido de Carla Alves terá acumulado mais de 1,5 milhões de euros, quase 763 mil euros dos quais considerados incompatíveis com os seus rendimentos. Neste caso, está acusado de prevaricação, participação económica em negócio e corrupção activa.

Apesar de em 2015 terem entrado quantias avultadas na conta da ex-secretária de Estado, tal aconteceu

apenas nesse ano e no anterior (89 mil euros, menos 14.600 do que declarara nesse ano). Nos outros anos, os valores que entraram na conta da CCAM foram inferiores a 11 mil euros, bastante menos que os rendimentos anuais declarados pela engenheira zootécnica, que desde 2000 era técnica superior na câmara de Vinhais.

Sendo funcionária pública, a maior parte dos rendimentos de Carla Alves no período de sete anos e meio avaliado pela investigação provinham de actividade independente. Esta era conciliada com o trabalho na autarquia que em 2005 passou a ser liderada pelo homem com quem se casaria em Julho de 2006.

Na base da acusação do MP está a forma como foi negociado e loteado um terreno rústico que era propriedade do semínario de Vinhais, com perto de 4500 hectares. A autarquia adquiriu várias parcelas do prédio, parte das quais acabaram por ser vendidas a uma empresa gerida pelo socialista Nuno Gomes, que foi substituído pelo ex-ministro Armando Vara na presidência da Assembleia Municipal de Vinhais.

A autarquia assinara um contrato de promessa de compra e venda com o reitor do semínario, mas pagou a totalidade do valor acordado, 90 mil euros, sem nunca formalizar a aquisição. Nuno Gomes acabou por comprar essa parte do terreno por 150 mil euros, mas só pagou ao padre 60 mil, descontando o valor que a autarquia já tinha pago.

A corrupção activa de que Américo Pereira e Nuno Gomes estão acusados diz respeito à tentativa de subordinação do chefe da divisão de Obras e Equipamento do município de Vinhais que ficara de avaliar a globalidade do terreno adquirido pela empresa gerida pelo ex-presidente da Assembleia Municipal, a TecVinhais. O antigo funcionário, que é testemunha de acusação, terá contado ter sido primeiro abordado por Nuno Gomes para que fizesse uma boa avaliação tendo mais tarde sido chamado ao gabinete do presidente da câmara com o mesmo propósito.

A acusação diz que nesse encontro Américo Pereira tentou condicionar o seu subalterno, "através da promessa de uma vantagem, em passaria pela criação de um cargo de Director de Departamento". Como não fez o pretendido, tendo sugerido a compra da parcela por 175 mil euros (e não os 400 mil pretendidos pelos dois alegados corruptores) não terá visto ser-lhe renovada a comissão de serviço.

<p><b>Público</b></p> <p>06-01-2023</p>	<p>Periodicidade: <b>Diário</b></p>
	<p>Classe: <b>Informação Geral</b></p>
	<p>Âmbito: <b>Nacional</b></p>
	<p>Página(s): <b>1,2,3,4,5</b></p>

Deputada diz que faltam pequenas reformas

## “Há um problema que é preciso atalhar”

### Entrevista

Ana Sá Lopes

**Alexandra Leitão**  
A deputada do PS assume que sem Pedro Nuno Santos o Governo está pior

**M** uma entrevista feita antes da demissão da secretária de Estado da Agricultura, a deputada do PS Alexandra Leitão falou dos casos que têm abalado o Governo.

**Na reunião do grupo parlamentar do PS de ontem houve deputados a criticar que os membros do Governo não dêem explicações ao Parlamento.**

Não estive na reunião toda e mesmo que tivesse estado permitia-me reservar uma confirmação de tudo isso. Mas posso dar a minha opinião, que é a de nem oito nem 80. Se é verdade que em outros momentos, designadamente quando não havia maioria absoluta, havia muitas, muitas vezes em que os governantes eram chamados ao Parlamento... agora, sem prejuízo de analisar caso a caso os pedidos, acho que já houve casos em que os pedidos não deveriam ter sido recusados.

**Fernando Medina foi obrigado a ir ao Parlamento. Não era mais fácil ter aceiteado ir por sua vontade?**

Foi um juízo que o próprio fez e que o Governo fez. Não vou comentar. Era previsível que o PSD usasse um direito potestativo.

Agora, acho que o Governo só ganha em dar explicações, seja na Assembleia, que é a sede própria, seja aos cidadãos, até porque muitas das coisas são absolutamente explicáveis. Outras, cada um fará a análise que faz... Mas explicar contribui para reduzir esta pressão que tem contribuído para se falar menos de políticas e mais destas questões. O que é normal, porque quando há situações destas é óbvio que têm que ser assunto. Mas era importante falar de reformas, de reformas à esquerda. Tem-se instalado um bocadinho a ideia de que a direita é reformista e a esquerda não. Isto não é verdade. A esquerda é por natureza reformista. Há reformas a fazer pela esquerda em várias áreas. Tenho muitas expectativas com

este novo Ministério da Habitação. **O que pensa da proposta do primeiro-ministro de mudar o sistema de recrutamento de governantes?**

Sem saber qual é o sistema, tenho dificuldade em pronunciar-me. Há uma coisa que digo: ainda bem que o Governo e o senhor primeiro-ministro vêem isto como uma questão e estão a pensar em soluções para a resolver. O facto de ser algo que está a ser pensado e que será apresentado ao senhor Presidente da República parece-me que é positivo. Mais do que repetir que não está a acontecer nada quando visivelmente há algumas coisas que é preciso melhorar... trata-se de pôr a mão na massa e melhorá-las. Esse anúncio que o primeiro-ministro fez significa que está a pensar no assunto e isso é positivo.

**Escreveu no Expresso que este era o momento de “soarem os alertas no Governo e no PS”. Acha que o primeiro-ministro começa a perceber o que lhe está a acontecer?**

Não sei responder exactamente a isso. A acumulação e sequência das situações – que não são todas iguais – acaba por ter um efeito perverso, de dar força a populismos, um efeito de não se falar das políticas... Há um problema que é preciso atalhar.

**Volto ao seu artigo. Diz que este Governo não será o mesmo sem Pedro Nuno Santos. Será pior? Sem isto ter nenhum juízo de valor sobre as pessoas que o substituíram, que conheço e de quem pessoalmente gosto, diria que sim.**

**O Governo é pior sem Pedro Nuno Santos?**

Diria que sim. É uma pessoa a quem reconheço uma capacidade de planeamento e de execução, uma visão estratégica, estrutural, para a sua área governativa e não só, que nem toda a gente tem. É isso que faz um bom líder político. Aparentemente, o primeiro-ministro concorda, na medida em que a escolha dos substitutos dá a ideia de continuidade das políticas. Na ferrovia o que se fez foi uma mudança de paradigma. Pedro Nuno Santos é uma mais-valia em qualquer Governo. Mas o futuro ainda é longo para ele.

**É uma pedrominista, da ala esquerda do PS, acha que Pedro Nuno Santos será secretário-geral...**

Deixe-me dizer o seguinte. Mais do que ismos, pedronismos ou



**A habitação talvez seja o problema número 1 dos jovens. Quando temos um problema tão grande, não vejo com bons olhos este endosso que se faz aos nómadas digitais**

costismos, revejo-me em algumas políticas mais do que em outras. Claro que não temos que nos rever sempre a 100% nas políticas do nosso partido. Agora, a minha visão estratégica é a de reformas feitas mais à esquerda, ao nível do direito do trabalho, da segurança social, da habitação... O Governo do Canadá, que não é marxista-leninista, proibiu a compra de casas para investimento.

**Gostava de ver essa medida em Portugal?**

Qualquer coisa desse género. A habitação talvez seja o problema número 1 dos jovens. Quando temos um problema tão grande de habitação, não vejo com bons olhos este enorme endosso que se faz aos nómadas digitais, que são pessoas que chegam, pagam três ou quatro vezes o valor de uma renda que um jovem português pode pagar, assim contribuindo para que o mercado não tenha uma âncora de valores mais baixos. Agora que finalmente se percebeu, muito pela mão do

Pedro Nuno, que o mercado não resolve o problema da habitação e que tem que haver intervenção pública, seja através da criação do mercado público de habitação, seja através de medidas legislativas para condicionar as licenças para alojamento local. Não serem ilimitadas. Não desconheço que o alojamento local e o turismo, designadamente em Lisboa, tiveram um papel importantíssimo na recuperação urbana. Mas não podemos continuar a atirar para fora da cidade jovens que não conseguem comprar ou arrendar uma casa em Lisboa. Há aqui opções de esquerda que se devem dizer e que são pequenas reformas, mas são reformas.

**Gostaria de ver o Governo fazer essas reformas?**

Sim. Tivemos um primeiro governo do PS que teve como desígnio a reversão de uma série de medidas e a devolução de rendimentos as pessoas entre 2015 e 2019. Tivemos um segundo governo que não deu para perceber bem, porque o combate à pandemia tornou-se no grande desígnio e é compreensível. E agora temos um terceiro governo que já tem a pandemia debelada – apesar da guerra na Ucrânia – e gozando de uma maioria absoluta poderia, poderá, ser, finalmente, um Governo que encontra aqui um desígnio.

**Há a ideia de que este governo de maioria absoluta foi mal construído... Há um cansaço no PS para formar governos?**

Não vou dizer isso. Esta é a primeira maioria absoluta deste Governo, mas o Governo já tem sete anos. Quando tomou posse já tinha seis anos de governação. É natural que haja algum desgaste, mas não me vou pronunciar sobre as opções. Não o farei. Apesar da guerra na Ucrânia, que eu acredito que tenha baralhado os planos, é possível encontrar um conjunto de objectivos e trabalhar em torno deles. Posso dar um exemplo concreto. Acho muito bem que se tenha dado os 240 euros, mas gostaria mais que, em vez de ser uma coisa dada uma vez, com pouca previsibilidade, fosse alguma coisa com que as pessoas pudessem planejar a sua vida. Posso fazer mais se souber que vou ter 30 euros a mais por mês do que se, de repente, sem aviso, me derem 240 euros. Não se consegue planejar a vida com base numa coisa que não se sabe se vai acontecer.



## Partidos apresentam propostas Chega e BE avançam com inquérito parlamentar à gestão da TAP

Ana Bacelar Begonha

**O** Chega apresentou ontem uma proposta para criar uma comissão de inquérito parlamentar à gestão da TAP e à utilização dos fundos públicos atribuídos a esta transportadora, nomeadamente no que diz respeito ao pagamento de bónus e indemnizações aos gestores e administradores da empresa. A iniciativa surge em resposta à indemnização de 500 mil euros pagos à ex-secretária de Estado do Tesouro, Alexandra Reis, e depois de o Bloco de Esquerda ter anunciado, na terça-feira, que apresentaria uma proposta neste sentido, mas cujo texto ainda não é conhecido. A proposta do BE será hoje entregue no Parlamento.

No seu projecto, o Chega defende que "há vários pontos que importa esclarecer: desde logo, de quem foi a iniciativa da saída da actual secretária de Estado da comissão executiva da TAP" e "se a saída de Alexandra Reis já tinha em vista a sua nomeação" para a Navegação Aérea de Portugal (NAV), cargo para o qual foi nomeada pelo Governo quatro meses depois de deixar a TAP.

O Chega defende ainda "que se fiquem a conhecer todos os passos e autorizações que determinaram o desfecho desta transacção milionária", "se se verificaram outras situações idênticas" e "que tipo de gestão tem sido feita pela empresa", no sentido de aferir "as suas condições de viabilidade".

"Entende o grupo parlamentar do Chega que, tratando-se de dinheiro público e do exercício de cargos públicos, o esclarecimento cabal sobre esta situação é necessário e urgente", especialmente porque os esclarecimentos dados pelos minis-

térios das Finanças e das Infra-Estruturas "adensaram as dívidas e multiplicaram as questões pendentes de resposta", afirma.

Para tal, o partido de André Ventura argumenta que "apenas uma comissão parlamentar de inquérito permitirá realizar todas as indagações necessárias para descobrir quem são os envolvidos e onde é que o Estado português pode estar a falhar com as suas obrigações". Um esclarecimento que considera "crítico" tendo em conta "o contexto de cortes salariais que os funcionários da TAP têm sofrido" e "as dificuldades económicas que os portugueses têm sentido".

Na terça-feira, o BE já havia anunciado que iria propor a criação de uma comissão parlamentar de inquérito ao "controlo público e político da gestão da TAP" para avaliar "as relações dentro do conselho de administração". O PAN e o Livre sinalizaram que apoiariam a iniciativa e também o presidente do Chega afirmou que não iria, "em consciência, inviabilizar ou estar contra esta iniciativa".

André Ventura admitiu, porém, que existia uma "possibilidade forte" de o Chega entregar uma proposta própria, dependendo "do universo e do tipo de investigação que o BE queira fazer". Para o líder do partido, caso a proposta do BE tivesse como objectivo "criticar a política pública da TAP, a reversão, a nacionalização", não seria "a comissão de inquérito que o país precisa". Antes mesmo de o projecto dos bloquistas ser conhecido, o partido avançou com uma iniciativa.

O PS já admitiu analisar tanto a proposta do Chega como a do BE. "Vou olhar para os textos e analisar", declarou ontem o líder parlamentar, Eurico Brilhante Dias, citado por deputados socialistas presentes na reunião da bancada do PS. **com Lusa**

## Não havia necessidade, António Costa

Opinião



Helena Pereira

**1** "Vicissitudes pessoais" e "ajustamentos orgânicos". Foi assim que António Costa apresentou a sucessão de demissões no Governo, 11 em apenas nove meses, incluindo nesse lote tanto o caso de Miguel Alves como o de Pedro Nuno Santos.

Mais: durante a sua intervenção inicial chegou ao ponto de contar uma história em que é difícil acreditar a não ser que o primeiro-ministro passeie apenas nos jardins de São Bento ou do Largo do Rato. "Nunca fui interpelado na rua por um cidadão a perguntar se A ou B era ou não secretário de Estado, se C ou D tinha deixado de ser secretário de Estado. Aquilo que os cidadãos me falam, aquilo com que os cidadãos se preocupam, é saber como respondem ao aumento do custo de vida."

Se ninguém tivesse falado mais neste assunto (BE, Livre, PAN, Chega e PSD acabaram por fazê-lo), era assim que ficava. Uma nota de rodapé, um azar de vicissitudes, algo que nem sequer interessa ao português médio. A sério?

Só perto do fim do debate, após duas horas e dez minutos, o primeiro-ministro anunciou que quer falar com o Presidente da República sobre como introduzir um mecanismo de *vetting* entre a nomeação e a tomada de posse de membros do Governo. A sério?

2. Já se percebeu que a estratégia do PSD visa cirurgicamente a pessoa do primeiro-ministro. Ainda antes desta crise de demissões, o PSD ensaiava a estratégia de fazer uma espécie de *impeachment* a Costa por causa das alegadas pressões sobre Isabel dos Santos e a intervenção no Banif, chegando a repetir várias vezes que estava em causa o regular funcionamento das instituições.

Ontem, o líder parlamentar do PSD, Joaquim Miranda Sarmento resumiu o actual momento a uma crise de "confiança" no PM. Marcelo bem que avisou que a maioria absoluta foi dada mais a Costa do que ao PS. O Presidente deu o tom. PSD (tenta) seguir a pauta.

**Jornalista. Escreve à sexta-feira**